

Revistas Políticas no Estado Novo: uma primeira aproximação histórica ao problema*

Álvaro Costa de Matos
Hemeroteca Municipal de Lisboa

Resumo:

Propomos aqui uma incursão por um conjunto significativo de revistas políticas publicadas durante o Estado Novo como forma de compreendermos um problema mais vasto, que é o da circulação do discurso político num regime que institucionalizou a censura prévia à imprensa. Que revistas eram estas? Quais os seus objectivos? Que posicionamento tinham face ao poder político? Quem as lia? Qual o seu impacto na sociedade portuguesa? Como se relacionavam com a censura? A resposta a estas e outras perguntas permitir-nos-á compreender melhor o debate político ocorrido durante o Estado Novo bem como reequacionar muitas das ideias feitas sobre a censura política praticada por este regime.

Palavras-chave:

Censura; Estado Novo; Revistas políticas.

0. Introdução

Pretende-se com este texto, aqui sob a forma de ensaio, fixar algumas ideias que resultam duma primeira aproximação histórica ao problema das revistas

* Este texto é uma versão mais completa dum *Working Paper* apresentando no Seminário de História da Imprensa Periódica Portuguesa do Mestrado de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Resultou depois numa comunicação apresentada na Hemeroteca Municipal de Lisboa, no âmbito do Ciclo de Conferências: *O Pensamento Político nas Revistas Portuguesas do Século XX*, a 27 de Janeiro de 2005. Foi reeditada na 75.^a Feira do Livro de Lisboa, na sua programação cultural (Stand das Bibliotecas LX, 26 de Maio de 2005). Preservamos aqui o tom coloquial da mesma...

políticas no Estado Novo e, conseqüentemente, da circulação do discurso político nesta época – problema que mais adiante aprofundaremos. Para o efeito, estruturamos este estudo do seguinte modo:

- a) num primeiro ponto *trataremos* do contexto histórico, isto é, do Estado Novo, abordando sumariamente a natureza política do regime através da enumeração das suas principais traves-mestras. Estamos aqui, portanto, a tratar do nosso campo de análise, que corresponde a um determinado período histórico, durante o qual se publicaram as revistas que vamos analisar;
- b) num segundo ponto ocupar-nos-emos mais detalhadamente duma daquelas traves-mestras do Estado Novo, leia-se o sistema institucional da censura, com a qual as revistas políticas tiveram de se confrontar;
- c) num terceiro ponto debruçar-nos-emos sobre um conjunto importante de revistas políticas editadas em Portugal durante o Estado Novo, ligadas a diferentes ideários políticos, falando naturalmente dos seus directores e colaboradores (literários e plásticos), mas também dos seus programas políticos, objectivos, posicionamento face ao regime instituído, importância histórica e sociológica, questão que remete para as audiências/recepção deste tipo de publicações, seu impacto social e político e relacionamento com a censura;
- d) por último apresentaremos algumas considerações finais que nos permitem fixar algumas ideias que julgamos importantes para um melhor conhecimento do universo das revistas políticas no Estado Novo e da sua relação com o poder político.

1. Da natureza política do Estado Novo

Como já se disse, as revistas políticas que aqui trazemos foram todas elas publicadas durante o Estado Novo, o que as condicionou no tempo mais ou menos longo da sua existência. Importa, portanto, lembrar alguns dos principais aspectos que caracterizam a natureza política deste regime político, e que são os seguintes (Rosas, 2004: 86-90)¹:

1.º - Um regime “drasticamente” centralizado quanto a todos os aspectos relevantes da governação na pessoa do chefe do governo – indiscutivelmente uma das mais fortemente personalizadas ditaduras do século XX –, com o esvaziamento de poderes dos órgãos de soberania formalmente eleitos (o Presidente da República e a Assembleia Nacional) e com o claro apagamento dos princípios da divisão de poderes a favor do absoluto reforço do executivo – matérias que não deixaram de ocupar muitas das páginas das revistas aqui analisadas;

2.º - A criação de um sistema de justiça política cuja espinha dorsal era a polícia política (PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, de 1933 a 1945;

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado, de 1945 a 1970; e DGS – Direcção-Geral de Segurança, até 1974) dotada de vastos poderes de perseguição, violação de correspondência, escutas telefónicas, prisão sem culpa formada e recorrendo à violência, à tortura e ao arbítrio de forma sistemática;

3.º - A institucionalização progressiva da organização corporativa, de forte pendor estatizante e com três principais áreas de enquadramento e intervenção: a) a regulação dos principais sectores da vida económica num sentido crescentemente dirigista, proteccionista e autárquico, dando sequência a uma tendência que vinha de trás, desde final do século XIX², com o reforço do protecционismo, nomeadamente através da pauta de 1892, e que atravessou toda a I República; b) a manutenção da “paz social” pela supressão administrativa da luta de classes (proibição da greve, liquidação da liberdade sindical, criação de sindicatos nacionais e dos grémios patronais, etc.); c) o controlo político e ideológico dos lazeres em tempos livres dos trabalhadores, fosse no mundo urbano, com a criação da FNAT (Federação Nacional para a Alegria no Trabalho) fosse no mundo rural, através da JCCP (Junta Central das Casas do Povo) e das Casas do Povo;

4.º - A instalação de um vasto e policrático aparelho de propaganda e inculcação ideológica a todos os níveis de sociabilidade (na família, na escola, no trabalho e no lazer) orientado para o desígnio totalitário da criação de um “homem novo” salazarista. Centrado no SPN (Secretariado de Propaganda Nacional, criado em 1933), ele desdobra-se pelo aparelho de Educação Nacional (MP – Mocidade Portuguesa, OMEN – Organização das Mães para a Educação Nacional, e MPF – Mocidade Portuguesa Feminina), pelo aparelho corporativo (FNAT e JCCP) e pelos serviços de propaganda específicos do Ministério das Colónias, com destaque para a Agência Geral das Colónias. Com igual propósito, e também para a defesa militar do regime, tínhamos a Legião Portuguesa, milícia paramilitar criada em 1936;

5.º - A celebração entre o Estado Novo e a Igreja Católica de uma importante aliança política e ideológica de que a Concordata de 1940 seria a expressão mais emblemática. Através deste pacto, a Igreja Católica assumir-se-á como o principal instrumento de difusão ideológica dos valores do regime e de legitimação espiritual do poder estabelecido;

6.º - A reformulação da política colonial em termos “imperiais” plasmada, ainda antes da institucionalização do Estado Novo, no Acto Colonial de 1930, iniciativa legislativa de António de Oliveira Salazar. Por outras palavras, o que vamos ter é uma acentuada centralização política, administrativa e financeira da gestão das colónias em Lisboa e a definição de um conceito organicista e ontológico de “império”;

7.º - A supressão prática das liberdades fundamentais de associação, de expressão e de manifestação, seja no campo político, sindical ou cultural, passando o Ministério do Interior a regulamentar e policiar o seu exercício em

sentido drasticamente proibicionista e restritivo, de que são exemplos, a proibição do direito à greve, a constitucionalização da censura prévia à imprensa, à rádio e aos espectáculos, ou a selecção político-ideológico da admissão dos funcionários públicos.

Foi neste quadro político e ideológico que as revistas tiveram de se movimentar, e especificamente com o “problema” da censura prévia à imprensa, que importa agora escarpelizar mais detalhadamente.

2. Da censura prévia à imprensa

A censura prévia à imprensa não foi uma especificidade do Estado Novo. Com efeito, a controlo governamental da circulação do discurso político através deste sistema foi uma prática desencadeada logo após o golpe de 28 de Maio de 1926, que se manteve activa até à queda do Estado Novo. Se quisermos recuar um pouco mais podemos encontrá-la na I República³, nomeadamente durante o período da Grande Guerra (1914-1918), ou mesmo na fase final a Monarquia Constitucional⁴, ainda que aqui com contornos menos persecutórios para as publicações periódicas.

Com a Ditadura Militar, a sua formalização só viria a acontecer a 11 de Abril de 1933, curiosamente no mesmo dia em que entrou em vigor a Constituição Portuguesa, com a publicação de um diploma que sancionava o exame prévio tanto às publicações periódicas como a “folhas volantes, folhetos e cartazes”, sempre que nesse material versassem “assuntos de carácter político ou social”. Um decreto de Junho do mesmo ano consagrava a realidade de uma Direcção Geral dos Serviços da Censura, na dependência do Ministério do Interior. Em Maio de 1936, nova postura alargou as competências deste departamento que passou a deter a propriedade de autorizar ou proibir a fundação de novos periódicos e, pela primeira vez, também a circulação de livros: era a “censura repressiva” que ficava regulada.

Quanto ao funcionamento e alcance preciso deste aparelho de coacção apenas podemos, à luz do conhecimento disponível, avançar com uma periodização muito esquemática, naturalmente em estreita dependência com a evolução da conjuntura política. A saber (Ó, 1996: 139-141)⁵:

- De 1932 a 1936 silenciaram-se, à esquerda e à direita, todos os periódicos oposicionistas: na primeira data os “integralistas”, os “republicanos da Esquerda Democrática” e os “republicanos da União Liberal”; em 1933 os “monárquicos”; em 1934 os “republicanos democráticos”; em 1935 os “independentes”; em 1936 os “socialistas”. Ainda em 1936 pode concluir-se pela instalação definitiva da rotina do controlo prévio à imprensa.

- Durante a Segunda Guerra Mundial surgiu, fruto das novas condições resultantes do conflito, um mais estreito contacto entre os diversos órgãos de comunicação social, o que se traduziu na criação, logo em Março de 1940, de um Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação. Consequentemente, as relações do Estado com a imprensa e com a rádio ficaram subordinadas ao chefe do Governo que passou a despachar directamente com os directores dos Serviços de Censura, da Emissora Nacional e do SPN (mais tarde Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular, incumbido de coordenar todas as actividades referentes à informação, nas quais estavam compreendidas os serviços de censura).
- No pós-guerra procede-se a uma reordenação da estrutura que o Estado Novo de imediato transformaria num verdadeiro ministério: o rigor posto no domínio dos meios de comunicação social fez com que o número de funcionários subisse de 17 para 128 já no ano de 1945. Esta lógica hegemónica perdurou até 1968/69.
- Durante o consulado de Marcelo Caetano regista-se alguma descompressão, ainda que o clima de abertura não chegasse aos assuntos da denominada “segurança interna”, mormente os relativos à guerra colonial e à agitação estudantil. No entanto, a partir de 1970 a Assembleia Nacional admitiu discutir o regime de censura prévia. Dois anos volvidos, através do Decreto-lei N.º 150/72, de 5 de Maio, procedia-se à regulamentação da Lei de 1971: o novo decreto estipulava agora que os artigos que eram submetidos à acção do exame prévio não podiam ser referenciados como tal. Os jornais deixavam assim de poder publicar o tradicional “visado pela censura”.

Tratado do enquadramento geral da censura ou do exame prévio importa agora passarmos ao estudo particular de um conjunto importante de revistas políticas publicadas entre 1926 e 1974, cuja análise permitir-nos-á um melhor conhecimento da circulação do discurso político na altura, seu relacionamento com a censura e impacto social e político.

4. Das revistas políticas no Estado Novo

Escolhemos as seguintes revistas, representativas, como já se disse, de diferentes ideários políticos: a) um primeiro conjunto, constituído por revistas claramente políticas nos seus propósitos e programas, como a revista *Integralismo Lusitano*, *Tempo Presente* e o *Tempo e o Modo*; b) um segundo conjunto, constituído por revistas culturais, literárias e económicas mas que não deixaram de ser políticas no tipo de matérias que publicaram e nos resultados conseguidos, como a revista *O Ocidente*, a *Vértice* e a *Revista de Economia*. Ao todo temos seis revistas que funcionarão de seguida como o nosso campo de análise.

Começemos pelas primeiras, pelas revistas claramente políticas. A revista *Integralismo Lusitano* publicou-se em Lisboa, entre Abril de 1932 e Março de 1934, com uma periodicidade mensal a 5\$00 cada exemplar. Luís de Almeida Braga e Hipólito Raposo, dois dos mais importantes teóricos do Integralismo Lusitano, eram, simultaneamente, directores e proprietários, com Caetano Joaquim dos Reis como Editor e Valentino de Sá como administrador. Entre os seus colaboradores mais regulares contam-se Afonso Lopes Vieira, José Pequito Rebelo, João Ameal, A. Chaves de Almeida, os directores Luís de Almeida Braga e Hipólito Raposo, Simeão Pinto de Mesquita, Rolão Preto, Ivo Cruz, Mário Cardia, Luís Chaves, Teófilo Duarte, José de Almeida, Motta Cabral, Carlos da Silva Lopes, J. A. Pires de Lima, Cabral de Moncada, Joaquim de Almeida Braga, Eduardo Libório e Raul Lino.

A revista era, por excelência, o órgão do Integralismo Lusitano, num alinhamento político com a ideia da restauração da Monarquia, tradicionalista e corporativo. No seu programa político defendia a “reabilitação da verdade política portuguesa”, que passava naturalmente pelo regresso da Monarquia; defendia ainda a resolução definitiva e completa do problema nacional que, para os integralistas, era essencialmente um problema espiritual: “Em Portugal e no mundo civilizado, a crise das crises é a crise do espírito”, escreviam no editorial da revista, intitulado “Pola Lei e Pola Grei”⁶.

A esta crise acrescentavam também a “anarquia individualista”, causadora da dissolução da “autoridade política no caos da soberania do povo” e da suspensão do “imperativo religioso no agnosticismo e na obliteração da lei moral”; ao individualismo, acrescentavam ainda o comunismo, o americanismo e o iberismo, catalogados como “ameaças diferentes que se revestem da mesma face sinistra, por sua malignidade corruptora e dissolvente da ordem cristã e latina”, lia-se no mesmo editorial; por último, tínhamos a “pirataria dos bancos” e a “aliança dos plutocratas de todas as cores com a Democracia Política de todos os partidos”.

Como alternativa e resposta “contra o estado anti-nacional da Maçonaria sem Deus, da Judiaria sem pátria e da Plutocracia sem moral”, propunham a família, o agregado administrativo, a oficina, a propriedade, o poder (Rei), a religião, “segundo os planos da razão eterna de Deus”. Estas eram, para os integralistas, as bases indispensáveis para o restabelecimento do equilíbrio da Nação Portuguesa.

A revista apresentou-se, assim, como o principal órgão de divulgação da doutrina integralista que, por sua vez, influenciou, ainda que em parte, a ideologia de Salazar, visível, por exemplo, no nacionalismo historicista vinculado pelo aparelho escolar e de propaganda do Estado Novo. Por outro lado, foi também responsável pelo perpetuar do ideal restauracionista nos anos 30, sem esquecer o papel de referência doutrinária que teve em determinadas elites vindouras.

Apesar de tudo, o impacto da *Integralismo Lusitano* foi reduzido, circunscrito que estava à Causa Monárquica e ao campo restrito da intelectualidade portuguesa dos anos 30. Mais tarde, nos anos 40, sabemos que a revista é mencionada junto das jovens elites da Causa, responsáveis nesta altura por um certo crescimento do Integralismo Lusitano⁷.

A *Tempo Presente*, revista portuguesa de cultura, aparece mais tarde, no final da década de 50, datando o primeiro número de Maio de 1959, e o último, o 27, de 1961. Foi seu director Fernando Guedes, enquanto José Maria Alves aparece como editor e proprietário.

A revista era secretariada por João Manuel Pedra Soares, e tinha como redactores António José de Brito, António M. Couto Viana, Caetano de Melo Beirão e Goulart Nogueira. Como colaboradores literários encontramos Augusto de Campos, Haroldo dos Santos, Mário Saa, J. Monteiro Grilo, Edwin Markham, Luís Forjaz Trigueiros, Natércia Freire, José de Almada Negreiros, Ester de Lemos, Sellés Paes, Manuel Gama, entre muitos outros. A colaboração plástica era essencialmente assegurada por José de Almada Negreiros, Fernando Lanhas e Mário Saa.

Publicou-se em Lisboa, com uma tiragem quinzenal, ao preço de 15\$00 cada número. Relativamente ao seu ideário político podemos classificá-la com neo-fascista, pois colocava-se politicamente à direita do regime e bastante crítica da decrepitude ideológica e política dos dirigentes do Estado Novo.

Tinha como referência fundamental o fascismo intelectual dos anos 30. Robert Brasillach e Gottfried Benn, por exemplo, são abundantemente citados. No campo político esta política representava, como sublinhava Eduardo Lourenço, “o texto fascista sem ambiguidade”, um fascismo nostálgico, duvidoso do regime de Salazar e crítico da decadência das suas instituições (Pinto, 2000: 509). Posicionamento que depois, no final dos anos 60, início dos anos 70, vai ser retomado pelo jornal *Política*⁸.

Na sequência destas críticas, propõe-nos “uma outra ética”, assente na ideia de comunidade, da “unidade que as outras pessoas fazem com cada um de nós e cada um de nós com as outras pessoas”. Ideia que, para os neo-fascistas, era um imperativo, “uma norma como que expressamente destinada à pessoa, à sua potencialidade e capacidades”, ideia que representava uma realidade insuperável e inultrapassável; ideia que era o “ponto mais elevado que a pessoa consegue atingir”. A reabilitação das instituições passava, portanto, pela fusão da pessoa com a comunidade pois “pessoa e comunidade são a mesma coisa”⁹. E com este discurso teve uma influência importante na constituição de pequenos núcleos neo-fascistas que apareceram em Portugal nos anos 60 e na formação de uma nova geração de activistas políticos estudantis que ensaiavam a contestação do predomínio da esquerda nas associações de estudantes, particularmente em Lisboa e Coimbra¹⁰.

A *O Tempo e o Modo*, revista de pensamento e acção, surge precisamente no ano em que a *Tempo Presente* desaparece de circulação, em 1961, perdurando até Setembro de 1977, numa nova série que já ia no número 126. Publicada também em Lisboa, mensalmente, a 15\$00 cada exemplar, começou por ser dirigida por António Alçada Baptista, com Pedro Tamen como editor. Contou com uma colaboração literária vastíssima, e desde o início temos Jorge Sampaio, Mário Soares, Jorge Santos, Paul Ricoeur, João Gomes, Ruy Belo, Manuel Poppe, António Ramos Rosa, José Domingos Morais, João Pães, Francine Benoit, José Vaz Pereira, entre muitos outros.

Declara-se isenta de qualquer confessionalismo ou partidarismo político concreto, mas a inspiração cristã está lá, muito aberta a outras correntes de pensamento, na linha da revista *Esprit*, fundada nos anos 30 por Emmanuel Mounier. Ao lado do personalismo cristão, é também notório a defesa de um socialismo humanista.

Com a saída de António Alçada Baptista, em Fevereiro de 1969, a revista sofre uma profunda reorientação, no sentido do maoísmo, que se traduz também numa oposição mais tenaz ao regime. Pretendia, no início, “formular algumas perguntas e experimentar algumas respostas” para os problemas que detectava.

E que problemas eram esses? Em primeiro lugar, o estado de crise da consciência colectiva; depois, a apatia e descrença das elites económicas, políticas e culturais pelos problemas do país, que “se recusam a olhar de frente e com serenidade”; de seguida, a geral “desordem estabelecida”; por último, formas diversas de opressão, que comprometiam a verdade e a justiça.

Identificados os problemas da pátria vinham depois as soluções, que, no entender da revista, pressupunham “um novo modo de olhar com atenção, ouvir e pesquisar com humildade, denunciar sem compromissos e concluir com falibilidade”, única forma de resolver os tais “problemas de consciência”; envolviam a necessidade de “estudar com atenção crítica todas as formas de regressão e entrave” ao desenvolvimento, “quer no que se refere à organização da cidade, quer ao contexto sociológico, libertador ou opressivo, das expressões religiosas, culturais e económicas em que o homem se move e o condicionam”. Numa palavra, pela produção de um pensamento orientado para este tipo de preocupações, forte, que abalasse “muitos anos de apatia e descrença”¹¹. O que não deixou de acontecer, pois *O Tempo e o Modo* exerceu uma influência notável no meio cultural e político português durante a década de 60.

Ocupava-se tanto da política como da cultura, da economia como da sociologia, da literatura como das artes, exercendo uma acção crítica que influenciava largos sectores da opinião pública. Foi ainda um espaço de verdadeiro debate e de encontro de ideias no contexto concreto da sociedade portuguesa, no qual sobressaíram os valores do pluralismo, do universalismo

e da contemporaneidade. Constituiu, portanto, uma autêntica lufada de ar fresco no nosso meio, afrontando as ideias feitas, tanto no plano político como literário, onde imperava o neo-realismo. A partir da inflexão maoísta a revista perde a projecção que havia obtido no nosso panorama cultural, limitando-se a ser porta-voz de um grupo que procurava um protagonismo político que veio a concretizar-se no MRPP¹².

Passemos agora ao segundo grupo de revistas, constituído por revistas culturais, literárias e económicas mas que, como se disse, foram também políticas, dado o tipo de intervenção que tiveram.

A *Ocidente, revista portuguesa*, a mais antiga das aqui analisadas, começou a ser publicada em Maio de 1938, em Lisboa, com uma periodicidade mensal. Manteve-se no activo até Junho de 1973, reaparece em 1977 para durar até 1995, ainda que entre 1977 e 1995 publique apenas números anuais para manter o título da publicação.

Inicialmente dirigida por Manuel Múrias teve, entre os seus colaboradores mais regulares, Mendes Correia, Abranches Martins, Alberto de Oliveira, Cecília Meireles, Fernanda de Castro, Mário Beirão, Silva Tavares, Armando de Matos, Carlos Malheiro Dias, Augusto Pires de Lima, João de Lemos, Agripino Grieco, Dante Costa, Rodrigues Cavalheiro, Diogo de Macedo, Correia Marques, Heitor Lira, Carlos Selvagem, entre muitos outros, nomeadamente gente afecta ao regime.

Na colaboração artística encontramos nomes como Abel Manta, Abel Salazar, Almada Negreiros, António Soares, António Carneiro, Carlos Botelho, Columbano Bordalo Pinheiro, Dórdio Gomes, Francisco Valença, Jorge Barradas, José Malhoa, José Tagarro, Mário Eloy, Sarah Afonso, Soares dos Reis, Joaquim Lopes, Henrique Medina e Aires de Carvalho.

Politicamente, trata-se de uma revista situacionista, adepta de um nacionalismo activo, diríamos mesmo, exacerbado, fortemente empenhado, apoiante incondicional do Estado Novo, nomeadamente sob a direcção de Manuel Múrias. Salazar e a sua acção política são várias vezes mencionados com a transcrição de discursos, de notas de fim de página com as suas frases mais elucidativas, de retratos ou de estudos de natureza plástica ou de textos, como o de Marcelo Caetano, sobre a sua política externa.

A revista faz ainda da apologia (supremacia) da cultura ocidental uma das suas pedras de toque, pretensamente ameaçada pelas forças republicanas e seus apoiantes que lutavam contra Franco na guerra civil de Espanha. Impunha-se, portanto, defender os valores do Ocidente, como sustentava Manuel Múrias, no editorial da revista: “Ocidente: não um termo da nomenclatura geográfica; uma expressão de cultura. Por isso, o próprio título é já um programa: queremos erguer aqui uma trincheira nova em que os fundamentos da cultura ocidental, da civilização ocidental, encontram de novo quem os defina e defenda”.

Consequentemente, esta ideia implicava o desenvolvimento “de tudo o que representa valor de cultura ocidental”, o que excluía o iberismo, o capitalismo e o comunismo, numa exclusão de ideais consonante com a postulada pelos integralistas¹³. Apesar do seu nacionalismo exacerbado a *Ocidente* acabou por juntar escritores e artistas plásticos de todos os quadrantes políticos, sobretudo com a direcção de Álvaro Pinto. Teve, assim, um papel importante no intercâmbio luso-brasileiro, divulgando com regularidade a realidade cultural do Brasil, na publicação de inéditos de escritores portugueses e estrangeiros e, naturalmente, na propagação dos ideais do Estado Novo, embora por vezes discordando das opções tomadas no campo cultural, manifestando-se, por exemplo, contra a existência da censura¹⁴.

Na época de ouro do Estado Novo, dois anos depois das comemorações oficiais do regime, mais precisamente em Maio de 1942, saía a *Vértice, revista de cultura e arte*, desta vez na cidade de Coimbra – o que por si só já é um dado relevante, face à hegemonia cultural da cidade de Lisboa, onde *tudo* se passava!

Inicialmente dirigida por Carmo Vaz e Raul Gomes, contou ainda com José de Sousa Brandão como editor. Entre os seus primeiros articulistas destacam-se Luís Veiga Leitão, Ruy Folha, Raul Gomes, Sousa Freitas, António de Sousa, F. Marques da Silva, Nunes Correia, José de Oliveira, A. Pereira da Silva, Carmo Vaz e Araújo Moreira, numa colaboração que era solicitada – o que lhe reservava, portanto, o direito de publicar ou não qualquer colaboração que lhe fosse enviada espontaneamente.

Publicava-se mensalmente “com 64 páginas de texto e gravuras de arte”. A assinatura trimestral, em “Portugal e Império Português”, custava, com portes incluídos, 10\$00, cinco escudos mais caro para o estrangeiro.

Um pouco contra o que era habitual neste tipo de publicações o primeiro número não é acompanhado do tradicional editorial ou programa, com várias páginas de intenções, ou mesmo detalhados projectos para salvar a pátria, referindo-se apenas como uma “revista portuguesa de cultura e arte”, com algumas informações sobre o modo como se estruturaria: “Além das suas secções habituais de «Pedagogia», «Actividade literária na Alemanha, Inglaterra, França e Itália», «Página do Brasil», «O Mundo da Ciência», «Crítica de livros», «Cinema», «Desportos», «Xadrez», etc., publicará sempre originais de autores portugueses, brasileiros e em cada número uma notícia acerca de um grande escritor contemporâneo, ilustrada com um excerto da sua obra”¹⁵. E fica-se por aqui, num texto muito sumário, quase telegráfico.

Aparentemente, a *Vértice* ficaria pela cultura e pela arte, sem partidarismos de qualquer espécie. Mas não foi isto que aconteceu, pois a revista protagonizou importantes tomadas de posição no plano cívico e político, congregando, desde o início, uma parte considerável da oposição democrática ao regime – atitude que

se manteve até 1974. Por outro lado, foi um dos mais duradouros órgãos de afirmação do neo-realismo em Portugal.

A partir de 1974, as questões políticas começam a prevalecer sobre as questões literárias, com o tom propagandístico a atravessar muitos dos textos e artigos então publicados.

De 1988 em diante inicia-se uma segunda série, com aspecto gráfico renovado, dirigido por Francisco Melo e com coordenação editorial de Manuel Gusmão, fixando-se num registo que dá prioridade ao ensaio e à crítica, mas sempre com um pendor político a inclinar-se para a esquerda... Até à queda do Estado Novo podemos classificar a *Vértice* como uma das mais prestigiadas revistas de intervenção do seu tempo e, como já se disse, um dos mais duradouros órgãos de afirmação do neo-realismo, destacando-se essencialmente pelos seguintes aspectos: a) pelas tomadas de posição política favoráveis à oposição democrática, em alturas importantes da vida política portuguesa; b) pela defesa de uma “cultura útil”, desenvolvendo no plano literário um intenso labor de doutrinação; c) pela defesa de uma crítica judicativa da arte que contrariava os pressupostos presencistas do impressionismo e da identificação; d) pela divulgação dos autores estrangeiros, em particular daqueles que trouxeram novos contributos técnico-formais à literatura de análise social, como Brecht, Faulkner, Gorki, Tolstoi, Tchekov, a literatura francesa de resistência, os brasileiros e, mais tarde, as literaturas africanas de expressão portuguesa; e) pelo perfil militante e pedagógico da revista, alimentado, por exemplo, pela crítica de livros, cinema, teatro, música, artes plásticas, ainda que com análises e resenhas marcadamente ideológicas¹⁶.

Terminamos esta incursão por este tipo de publicações com a *Revista de Economia*, publicada em Lisboa entre Março de 1948 e 1964, com duas séries¹⁷, num total de 16 volumes, subdivididos por regra em 4 fascículos trimestrais.

Eurico Colares Vieira, além de proprietário, assegura a direcção da revista, auxiliado por José Júlio V. de Moura e Sá, na edição. Bento Caraça, Morbey Rodrigues, Costa Leal, Rémy Freire, J. Alarcão, Amaro Guerreiro, A. M. Sá da Costa, Alfredo da Costa Miranda, Lewis S. Feuer, Karl Schmid, L. Simões de Abreu e F. Marques da Silva garantem as primeiras colaborações. Cada fascículo custava 15\$00, num empreendimento que era tudo menos mercantil. Os lucros, se os houvesse, seriam destinados “ao melhoramento da própria revista”. A ambição do projecto não era escondida, pois a *Revista de Economia* pretendia “ser, ao mesmo tempo, um jornal científico, uma publicação de iniciação e uma revista de documentação”. Para que este triplo objectivo fosse alcançado impunha-se, por um lado, uma defesa intransigente das normas “a que deve subordinar-se quem assume a responsabilidade da publicação de uma revista científica e de iniciação científica” e, por outro, um acolhimento interessado, exigente e colaborante por parte do público de especialistas e de estudiosos, a que a revista sobretudo se destinava.

Isto é, à boa maneira dos economistas, distribuía-se responsabilidades, pelo lado da oferta (redacção) e pelo lado da procura (público), numa estrutura fixa por fascículo que se dividia em três partes: “I. Estudos de Economia, destinada a memórias científicas e estudos de economia aplicada; II. Gazeta de Economia, consagrada à acção iniciadora; III. Informação e Documentação, reservada à publicação de referências bibliográficas, documentos, informações e estatística”¹⁸.

Estes propósitos científicos, que os teve, não podem, no entanto, fazer esquecer o lado político da *Revista de Economia*, que também o teve. É que esta publicação, apesar de não ser formalmente um órgão da oposição democrática, funcionou em alguma medida como expressão desta. Para tal, muito terá contribuído o posicionamento político e ideológico antifascista do seu inspirador (Bento de Jesus Caraça) e dos seus principais colaboradores, especialmente vincado nos seus primeiros anos de existência.

Por outro lado, a *Revista de Economia* manteve também uma grande proximidade com a comissão de economistas do Movimento de Unidade Democrática, que a terá influenciado. Actualmente, à luz dos dados disponíveis, torna-se difícil avaliar com rigor o impacto que esta revista obteve e as transformações sociais e culturais para que contribuiu. Podemos, contudo, adiantar, sem grande erro, o seguinte: 1.º Foi uma publicação que teve um público receptivo relativamente vasto; 2.º Foi uma revista que se apresentou como veículo de afrontamento do obscurantismo cultural característico do Estado Novo; 3.º Foi uma revista que muito contribuiu para a renovação dos estudos de economia e de história económica e social, em Portugal; 4.º Foi uma revista que fez um esforço notório para uma abordagem científica da realidade económica nacional; 5.º Foi uma revista que teve um papel fundamental na difusão e, em alguns casos, na importação de novas concepções teórico-económicas, como a teoria keynesiana, a marxista, a estruturalista, a neoclássica e a corporativista, com destaque, em termos de impacto, para as três primeiras, até aí praticamente desconhecidas no nosso país; 6.º Foi, por último, uma revista que publicou, sem qualquer tipo de cortes da censura, vários artigos críticos da política económica do Estado Novo, denunciando essa mesma política, fosse através do recurso à teoria keynesiana, fosse através do receituário marxista – subtilmente, esta era a sua forma de fazer oposição política¹⁹!

5. Considerações finais

Que relevância política teve então este tipo de publicações? As revistas políticas foram importantes porque funcionaram, nesta altura, durante o Estado Novo, como veículos privilegiados de doutrinação política e propagação de diferentes ideários políticos, captando e fixando nichos de opinião pública que não deixaram

de condicionar a acção política. Acabaram, portanto, por criar uma certa “pluralidade” política dentro do regime, ainda que tolerada, porque a audiência destas publicações não constituía, julgamos, uma ameaça séria para o poder político vigente.

A recepção que tinham era uma recepção muito reduzida, circunscrita ao universo restrito de certa intelectualidade portuguesa, a jovens elites e militantes ou simpatizantes das diversas correntes ou movimentos políticos aqui referidos. Ora, este é um aspecto crucial porque vai de encontro àqueles que sustentam que o Estado Novo não era um regime monolítico²⁰, por outras palavras, um regime fechado sobre si mesmo, que não permitia qualquer tipo de críticas ao sistema político, *castrador* do discurso ou do debate político.

O que este estudo revela, ainda que sob a forma de *primeira aproximação histórica ao problema*, é que havia, dentro do regime, à direita e à esquerda deste mesmo regime, crítica política. Crítica feita, naturalmente, com descrição, subtileza, sem referências directas aos autores proibidos, de forma a contornar a acção da censura, mas crítica quer ao obscurantismo cultural do regime, quer às suas opções de política económica ou social, quer mesmo ao rumo político do Estado Novo, e isto, como se disse, acontecia à direita e à esquerda do regime. E não raras vezes de forma clara, sem qualquer corte por parte do famoso lápis azul.

Esta *tese* leva-nos, por sua vez, a olhar duma forma diferente para a questão da censura e dos seus objectivos, e, conseqüentemente, a questionar muitas das ideias feitas sobre a acção, funcionamento e alcance preciso deste sistema: parece-nos, pelos motivos atrás expostos, que o que movia a censura era, não tanto a crítica política ao poder político ou a doutrinação e propagação mesmo de ideários políticos diferentes, mas sobretudo a protecção das figuras, instituições e estratégias imediatas do regime²¹. Esta era, parece-nos, a lógica da censura.

Uma coisa era os pressupostos teóricos e a legislação que a enquadrava; outra, bem diferente, era a prática corrente da censura, a sua actividade e funcionamento, menos guiada por questões ideológicas ou de propagação de doutrinas políticas que entrassem em rota de colisão com a ortodoxia política do Estado Novo ou mesmo com os slogans e as generalidades aceites oficialmente. A prioridade passava, como se disse, pela protecção das figuras gradas do regime e por evitar que as questões políticas do momento não fossem questionadas, de uma forma muito aberta, pela imprensa periódica, quer à direita quer à esquerda do espectro político dominante. Era esta a preocupação transversal na acção da censura, que foi desenvolvida com grande eficácia praticamente ao dia 25 de Abril de 1974.

Notas

¹ Cf. Medina, João (1998), Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo. In *História de Portugal – Dos tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, dir. João Medina, Vol. 12, Alfragide: Ediclube.

² Sobre o reforço do protecçãoismo económico em Portugal, no final do século XIX, ver Santos, Luís Aguiar (2004), *Comércio e Política na Crise do Liberalismo*, Lisboa: Colibri.

³ Os estudos de Vasco Pulido Valente sobre a I República são também, no que toca às relações da imprensa periódica com o poder político, muito esclarecedores, desmontando muitas das ideias feitas sobre a censura durante este período. Ver, do autor, (1997), *A República Velha: ensaio*, Lisboa: Gradiva; e (1999), *O Poder e o Povo*, Lisboa: Gradiva.

⁴ Sobre a censura no final da Monarquia Constitucional, ver Matos, Álvaro Costa de (2005), *A Rolha... Política e Imprensa na Obra Humorística de Rafael Bordalo Pinheiro*. In *A Rolha/Bordalo*, Catálogo da Exposição. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

⁵ Cf. Barreto, José (1999), Censura. In *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Vol. 7, Lisboa/Porto: Figueirinhas: 275-284.

⁶ *Integralismo Lusitano*, Vol. 1, Fasc. 1 (Abril de 1932), p. 3. A colecção completa poderá ser consultada na Hemeroteca Municipal de Lisboa, com a cota Rev. 806 V.

⁷ Para uma primeira abordagem ao movimento e sobre a revista ver, respectivamente, Pinto, António Costa (1999), *Integralismo Lusitano*. In *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Vol. 8, Lisboa/Porto: Figueirinhas: 280-281; e Pires, Daniel (1996), *Integralismo Lusitano*. In *Dicionário da Imprensa Periódica Portuguesa do Século XX (1900-1940)*, Lisboa: Grifo: 208-209.

⁸ Para uma introdução a este jornal, ver Santos, Luís Aguiar (1998), "Um teste aos conceitos de *nomocracia* e *teleocracia*: o jornal *Política* perante a «primavera marcelista»", *Análise Social* 149: 1093-1115.

⁹ António José de Brito, autor do texto "Personalismo, Transpersonalismo e Suprapersonalismo", que serve de editorial e programa político do projecto *Tempo Presente*, publicado no número 1 (Maio 1959), pp. 3-21. A colecção completa pode ser consultada na biblioteca referida na nota 7, com a cota Rev. 1367 V.

¹⁰ Completar esta análise com Pinto, António (2000), *Tempo Presente*. In *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Vol. 9, Lisboa/Porto: Figueirinhas: 509; e com Pires, Daniel (2000), *Tempo Presente*. In *Dicionário da Imprensa Periódica Portuguesa do Século XX (1941-1974)*, Vol. 2, Lisboa: Grifo: 579-583.

¹¹ As citações são do editorial da revista, publicado no primeiro número de *O Tempo e o Modo* (Jan. 1961), pp. 1-2. A colecção completa da revista encontra-se disponível na Hemeroteca, com a cota 050.

¹² Para aprofundar o estudo deste revista ler Pires, Daniel (2000), *O Tempo e o Modo*. In *Dicionário da Imprensa Periódica Portuguesa do Século XX (1941-1974)*, Vol. 2, Lisboa: Grifo: 558-579; e Pereira, Nuno Teotónio (2000), *Tempo (O) e O Modo*, In *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Vol. 9, Lisboa/Porto: Figueirinhas: 509.

¹³ O editorial, intitulado simbolicamente "Cabo da Boa Esperança", é, até pela sua extensão, um autêntico programa político legitimador do novo regime, ainda em fase,

se bem que final, de institucionalização. O texto é depois secundado por uma nota não menos interessante de Carlos Malheiro Dias, em defesa duma concepção integral de pátria. Ver *Ocidente*, Vol. 1, n.º 1 (Maio 1938), pp. 5-12. Coleção da revista na Hemeroteca, com a cota Rev. 106 V.

¹⁴ Para uma análise mais detalhada desta revista, nomeadamente quanto às suas secções, inquiridos que a *Ocidente* realizou, *dossiers*, correspondência, inéditos publicados, textos de maior relevo, restante colaboração literária ou plástica, ver Pires, Daniel (1999), *Ocidente*, In *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1941-1974)*, Vol. II, Lisboa: Grifo: 328-341.

¹⁵ *Vértice*, Ano 1, n.º 1 (Maio 1942), p. 1. Disponível na Hemeroteca com a cota 008 (05).

¹⁶ Para saber mais sobre esta revista consultar ainda Vicente, António Pedro (2000), *Vértice*. In *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Vol. 9, Lisboa/Porto: Figueirinhas: 588-589; e Pires, Daniel (2000), *Vértice*. In *Dicionário da Imprensa Periódica Portuguesa do Século XX (1941-1974)*, Vol. 2, Lisboa: Grifo: 593-632; e Rocha, Clara Crabee (1996), «Vértice». In *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Vol. 2, Lisboa: Círculo de Leitores: 1004-1005.

¹⁷ A primeira série publicou-se entre 1948 e 1960; a segunda, de 1962 a 1964. Ao todo, reúnem cerca de 4000 páginas.

¹⁸ Do editorial, publicado no Vol. 1, Fasc. 1 (Março 1948), p. 1. Coleção completa na Hemeroteca, com a cota Rev. 1113 V.

¹⁹ Sobre esta revista, ver, por ordem cronológica, Bastien, Carlos (1984), “A Revista de Economia e a introdução do Keinesianismo em Portugal”, *Estudos de Economia* 4 (2); Nunes, Fátima (1987), *Revista de Economia*, o discurso de uma publicação científica (1948-1958). In *O Estado Novo – das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, AAVV, Lisboa: Fragmentos; Bastien, Carlos (1996), «Revista de Economia». In *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosa e J. M. Brandão de Brito, Vol. 2, Lisboa: Círculo de Leitores: 834-835; Idem (2000), *Revistas Económicas*. In *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Vol 9, Lisboa/Porto: Figueirinhas: 242-244.

²⁰ Referimo-nos a historiadores como Jorge Borges de Macedo, Manuel Braga da Cruz, João Medina, entre outros, que refutam a concepção do Estado Novo como um regime político monolítico.

²¹ Para José Manuel Tengarrinha a defesa das figuras o regime (Chefe de Estado, Presidente do Conselho e membros do Governo) era, sem dúvida, um dos objectivos da censura, assim como a defesa da estrutura política do Estado e de todos aqueles assuntos que poderiam afectar a sua segurança e prestígio. No entanto, para o autor a censura foi essencialmente “um instrumento fundamental orientado para a tentativa de formação de um «bloco de opinião nacional»”. Cf. Tengarrinha, José (2006), *A Censura às Folhas Informativas (visão global)*, In *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Lisboa: Minerva Coimbra: 35-70.

Bibliografia

- Barreto, António, e Mónica, Maria Filomena, coord. (1999/2000), *Dicionário de História de Portugal*, Vols. 7, 8 e 9, Lisboa/Porto: Figuerinhas.
- Bastien, Carlos (1984), "A Revista de Economia e a introdução do Keinesianismo em Portugal", *Estudos de Economia* 4 (2).
- Macedo, Jorge Borges de (1986), "A Opinião Pública na História e a História na Opinião Pública", *Estratégica. Revista de Estudos Internacionais* 1: 47-59.
- Matos, Álvaro Costa de (2005), A Rolha... Política e Imprensa na Obra Humorística de Rafael Bordalo Pinheiro. In *A Rolha/Bordalo*, Catálogo da Exposição. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa.
- Mattoso, José, dir. (1994), *História de Portugal. O Estado Novo Novo (1926-1974)*, Vol. 7, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Medina, João, dir. (1998), *História de Portugal – Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vols. 12 e 13, Alfragide: Ediclube.
- Nunes, Fátima (1987), Revista de Economia, o discurso de uma publicação científica (1948-1959), In *O Estado Novo – das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, AAVV, Lisboa: Fragmentos.
- Ó, Jorge Ramos do (1999), *Os Anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a "política do espírito" (1933-1949)*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Pires, Daniel (1996), *Dicionário da Imprensa Literária Portuguesa do Século XX (1900-1940)*, Lisboa: Grifo.
- Idem (1999/2000), *Dicionário da Imprensa Literária Portuguesa do Século XX (1941-1974)*, Vols. 1 e 2, Lisboa: Grifo.
- Quintero, Alejandro Pizarroso (1996), *História da Imprensa*, Lisboa: Planeta Editora.
- Reis, António, dir. (1989/1990), *Portugal Contemporâneo*, Vols. 4 e 5, Lisboa: Publicações Alfa.
- Rocha, Clara (1985), *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Rosas, Fernando, e Brito, J. M. Brandão de, dir. (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vols. 1 e 2, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, Fernando (2004), *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976): ensaio histórico*, Lisboa: Editorial Notícias.
- Santos, Luís Aguiar (1998), "Um teste aos conceitos de *nomocracia* e *teleocracia*: o jornal *Política* perante a «primavera marcelista»", *Análise Social* 149: 1093-1115.
- Tengarrinha, José (2006), *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Lisboa: Minerva Coimbra.
- Valente, Vasco Pulido (1997), *A República Velha: ensaio*, Lisboa: Gradiva.
- Idem (1999), *O Poder e o Povo*, Lisboa: Gradiva.